

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 456.474 - DF (2018/0157577-2)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : CAMILLA CRISOSTOMO TAVARES**  
**ADVOGADO : CAMILLA CRISOSTOMO TAVARES - GO040451**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS**  
**PACIENTE : TIAGO JOSE TELES (PRESO)**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de TIAGO JOSÉ TELES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (HC n. 0706283-02.2018.8.07.0000).

Depreende-se dos autos que foi decretada a prisão preventiva do paciente, denunciado como incurso no art. 33 da Lei n. 11.343/2006. Segundo a denúncia, "*em cumprimento a mandado de busca e apreensão na residência de TIAGO, foram apreendidos 68 (sessenta e oito) comprimidos de ecstasy e 8 (oito) pontos de LSD, conforme Auto de Apreensão de fl. 1285*" (e-STJ fl. 57).

Impetrado prévio writ na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 13/14):

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. OPERAÇÃO CAÇA AS BRUXAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. PROVAS QUE APONTAM O POSSÍVEL ENVOLVIMENTO DO PACIENTE COM O TRÁFICO DE DROGAS. MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO. INAPLICABILIDADE. MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO. NULIDADE. APREENSÃO DE OBJETOS EM LOCAL DIVERSO. IRRELEVÂNCIA. AUSÊNCIA DE MANDADO. CRIME PERMANENTE. EXCEÇÃO À INVIOABILIDADE DE DOMICÍLIO. ORDEM DENEGADA.*

*1. Mostra-se devidamente fundamentada a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, porquanto demonstrado o perigo à ordem pública, evidenciado pelas inúmeras conversas telefônicas que já vinham sendo travadas há tempos através de aplicativos e redes sociais pelo paciente e demais envolvidos, bem como pelos comprovantes de postagem de drogas através do correios, a indicar o seu envolvimento com o intenso tráfico de drogas.*

*2. Além do mais, em diálogos legalmente interceptados, o paciente apresentava seu "cardápio" de drogas aos usuários afirmando possuir variedades dizendo, ainda, que detinha inúmeros produtos*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*para “garantir” o carnaval de seus clientes.*

*3. Uma vez demonstrado que há nos autos elementos que autorizam a manutenção da custódia cautelar do paciente para garantia da ordem pública, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.*

*4. Não causa nulidade a ocorrência de inequívoco na indicação do endereço alvo da medida cautelar por busca e apreensão, se a diligência for realizada no endereço correto do investigado. Precedentes.*

*5. Além do mais, é dispensável o mandado de busca e apreensão quando se trata de flagrante da prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, pois o referido delito é de natureza permanente, ficando o agente em estado de flagrância enquanto não cessada a permanência.*

*6. No caso, o paciente já era investigado desde longo período, de maneira que a diligência policial não decorreu de mera suspeita, mas da existência de indícios veementes de que ele se dedicava ao delito de tráfico de drogas. Desse modo, tais elementos configuram justa causa, evidenciando as fundadas razões para autorizar o ingresso em domicílio sem autorização judicial ou consentimento, se caso fosse necessário.*

*7 conhecido. Ordem denegada. . Habeas corpus*

*Daí a presente impetração, na qual "destaca-se que a simples alegação de gravidade do delito não é suficiente a sustentar decreto prisional cautelar, posto que como pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, a necessidade da medida deve ser comprovada por fatos e não apenas na afirmação de que a gravidade do crime afeta a paz social e deixa abalada a comunidade local" (e-STJ fl. 7).*

*Além disso, ressalta-se que o paciente ostenta condições pessoais favoráveis.*

*Requer-se, liminarmente, seja determinada a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.*

*O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 111/114).*

*Informações prestadas (e-STJ fls. 117/174).*

*Parecer ministerial pelo não conhecimento do writ e, no mérito, pela sua denegação (e-STJ fls. 179/183), ementado nos seguintes termos:*

*Habeas corpus substitutivo de recurso próprio.*

*Descabimento. Tráfico de drogas. Prisão preventiva. Periculum*

# Superior Tribunal de Justiça

*libertatis configurado. Risco de reiteração delitiva pelo paciente. Segregação cautelar devidamente fundamentada. Necessidade da custódia para garantia da ordem pública. Medidas alternativas à prisão. Não recomendável. Constrangimento ilegal não evidenciado. Parecer pelo não conhecimento da ordem.*

É, em síntese, o relatório.

Conforme informações prestadas pelo Juízo da 2ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal, às e-STJ fls. 188/190, no dia 21/9/2018, o paciente teve sua prisão preventiva relaxada, tendo sido expedido o competente alvará de soltura.

Informa, ainda, o Juízo de primeiro grau, que o processo criminal encontra-se atualmente na fase de alegações finais pelo Ministério Público e pelas defesas.

Desse modo, é patente que a impetração está prejudicada, por perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, **julgo prejudicado o presente habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator